



Redes digitais e multidão: os protestos de 2013 entre produção e reprodução¹

Antonino CONDORELLI²

RESUMO

Os protestos de junho de 2013, em cuja configuração as redes sociais digitais desempenharam um papel determinante, sinalizam simultaneamente a emergência de subjetividades fortemente enraizadas nos agenciamentos digitais contemporâneos e de uma centelha de poder constituinte da multidão. Como pensar as subjetividades que participam das ecologias sociotécnicas brasileiras atuais? Elas são tendencialmente reprodutoras ou criadoras? Para contribuir com essa reflexão, na primeira parte deste artigo reflito sobre as subjetividades que emergem na cooperação incessante do trabalho imaterial que atravessa as redes digitais e, na segunda, exploro as subjetividades produzidas no Brasil pelos agenciamentos digitais a partir da observação das manifestações de 2013.

PALAVRAS-CHAVE: redes digitais; multidão; subjetividades.

Introdução

A partir das últimas décadas do século XX, se produziu um acoplamento entre sujeitos humanos; tecnologias digitais de produção, divulgação, armazenamento e reprodução de signos conectadas em redes de telecomunicações; um conjunto de plataformas de interação simultânea e pluridirecional entre os pontos dessas redes que tais tecnologias permitem³; as linguagens que essas tecnologias em rede possibilitam

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 2 a 4 de julho de 2015.

² Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais e Professor Substituto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

³ Tecnologias de comunicação digital possibilitam a interação simultânea *peer-to-peer*, de igual para igual, entre uma multiplicidade de sujeitos interconectados. As teias geradas por determinados programas que possibilitam interações, suas interfaces gráficas, os serviços e possibilidades de (re)produção e compartilhamento de informação que tais softwares permitem e os fluxos comunicativos que se processam *por meio e dentro* dessas teias são conhecidos como *redes sociais digitais*. Alguns exemplos de redes sociais digitais comerciais (isto é, cujos programas de acesso e uso são produzidos e gerenciados por corporações, geralmente internacionais) mundialmente conhecidas são Facebook (atualmente, a que conta com o maior número de usuários em todo o planeta), Twitter, Youtube (a maior rede digital mundial de compartilhamento e socialização de vídeos), Google+, Instagram, Pinterest, Badoo, LinkedIn (rede mundial de relacionamentos com a finalidade específica de conectar profissionais e empresas), entre outras. Algumas delas são acessíveis a partir de vários tipos de dispositivos móveis, enquanto outras podem ser acessadas exclusivamente por meio de telefones celulares: entre estas últimas, a mais difundida mundialmente é WhatsApp.



(hipertexto⁴, imagem, áudio, vídeo, animação, linguagens de programação) e suas convergências (o que alguns autores chamam hipermídia)⁵.

Esta junção articulou uma ecologia de trocas, pensamentos e ações pela qual passa, hoje em dia, uma ampla porção das relações de poder, econômicas, afetivas, assim como dos processos de (re)produção, sociais e políticos que agenciam o cotidiano de milhões de subjetividades conectadas em todo o planeta. Isso aponta, por um lado, para a configuração das interações digitais como um campo político (MALINI e ANTOUN, 2013; RÜDIGER, 2011) onde se confrontam interesses; poderes; concepções de mundo; práticas materiais, simbólicas e discursivas; imaginários; saberes; paradigmas de construção de conhecimento e inteligibilidade do real; projetos sócio-econômico-políticos, científico-tecnológicos, militares, religiosos e culturais. Por outro lado, sugere um papel determinante das redes digitais nos processos de subjetivação⁶ contemporâneos.

Como apontam Fábio Malini e Henrique Antoun (2013), a interação entre sujeitos humanos e tecnologias digitais de comunicação como sistemas de trocas de arquivos *peer to peer*, as plataformas de blog, os veículos de comunicação da web 2.0 ou os softwares de código aberto tem produzido, por um lado, sistemas de comunicação baseados na auto-organização, a cooperação espontânea e a livre troca de conhecimento e informação e, por outro, a emergência de um novo sujeito biopolítico coletivo: a multidão, no sentido que o filósofo italiano Antonio Negri (2004; NEGRI e HARDT, 2005) atribui ao termo: o de cooperação de singularidades⁷ que expressa uma imanência

⁴ Hipertexto, termo criado em 1965 pelo sociólogo estadunidense Ted Nelson, indica textos verbais em formato digital que estimulam uma escrita e leitura não-lineares por meio da ligação de um corpo de texto a outros conjuntos de informação textual escrita, o acesso às quais se produz por meio de referências específicas chamadas hiperlinks.

⁵ Santaella (2010) define hipermídia como o produto da confluência de hipertextos com sons, imagens, vídeos, animações e programas informáticos propiciada pela digitalização da informação, isto é, pela tradução em sinais digitais binários e a combinação em um mesmo suporte de informações diferentes: escritas, sonoras, imagéticas, audiovisuais. A hipermídia possibilita percursos de leitura múltiplos e não-lineares, permitindo o acesso a conjuntos de informações codificadas em uma determinada linguagem a partir de outros conjuntos de informações codificadas em linguagens diferentes, via hiperlinks, e a criação colaborativa pela possibilidade que o formato digital fornece aos usuários de interagirem diretamente com cada conjunto de informações e modifica-lo.

⁶ Neste artigo entenderei *subjetividade* como o conjunto de tendências perceptivas, cognitivas e de relação com a real que configuram a entidade que se auto-experencia como sujeito individual e das percepções/representações que tem si e de sua relação com os outros sujeitos e com o mundo, compreendendo por *subjetivação* os processos que contribuem para a emergência de determinadas subjetividades pela ação de conjuntos complexos de práticas sociais de saber e poder (DELEUZE, 2015).

⁷ Escreve a esse respeito Negri: “O conceito de classe aplicado à multidão deve ser visto de um ângulo diferente do conceito de classe trabalhadora. ‘Classe trabalhadora’ é um conceito limitado, tanto pelo aspecto da produção (já que necessariamente inclui operários de fábrica), quanto pelo lado da cooperação social (uma vez que compreende apenas uma pequena parcela de trabalhadores que operam no conjunto da produção social). (...) Se postularmos a multidão



(não é redutível a unidades abstratas que transcendam a concretude de suas singularidades), uma dimensão de classe (é uma realidade produtiva, em devir incessante, explorada no conjunto de suas singularidades) e uma potência (um todo que produz além da soma de suas singularidades, expandindo-se como *intelecto geral*).

Multidões conectadas fizeram surgir, nos últimos anos, manifestações, protestos, acampamentos, ocupações de espaços públicos que se auto-organizaram espontaneamente de forma horizontal, colaborativa, não hierárquica, não mediada por organizações sociais tradicionais (partidos políticos, sindicatos, movimentos populares organizados, meios de comunicação, etc.), criando entre seus participantes vínculos baseados em uma afinidade temporária de sentimentos e experimentando a construção de espaços, tempos, relações, modos de vida e formas de exercer a democracia alternativos aos instituídos (CASTELLS, 2013): a “Revolução das Panelas” na Islândia; as revoluções na Tunísia e no Egito que ficaram conhecidas como Primaveras Árabes; o 15M espanhol; os movimentos de indignados em Portugal, na Grécia e em Israel; o Occupy Wall Street; os protestos populares massivos no Chile em 2011, na Turquia e no Brasil em 2013, entre outros. Independentemente de suas características específicas e das peculiaridades de suas realidades locais (COCCO, 2014), essas mobilizações surgiram a partir da cooperação de singularidades diversas em redes sociais digitais. Como lembra Bentes:

Foram utilizados vídeos, *posts*, associados a *hashtags*, *tweets* e *memes online*, para criar ondas de intensa participação em experiência de tempo e de espaço, a partilha do sensível, a intensidade da comoção e engajamento construídos num complexo sistema de espelhamento, potencialização entre redes e ruas. (2013, p. 14).

É essa mesma cooperação que tem produzido e produz incessantemente campanhas sociais e políticas – dentro de fora das redes e articuladas por meio delas - em torno dos mais diversos temas que afetam grupos específicos ou sociedades inteiras

como um conceito de classe, precisamos redefinir a noção de exploração como exploração da cooperação: cooperação não de indivíduos, mas de singularidades, exploração do conjunto de singularidades, das redes que compõem o conjunto e do conjunto que abarca estas redes e assim por diante. Note-se que a ‘moderna’ concepção de exploração (como descrita por Marx) é adequada à ideia de produção em que os atores são os indivíduos. É somente porque existem indivíduos que atuam que o trabalho pode ser medido pela lei do valor. Também o conceito de massa (como multiplicação indefinida dos indivíduos) é um conceito de medida, e mais ainda, foi construído pela política econômica do trabalho com esta finalidade. Nesse sentido, a massa é o correlato do capital - assim como o povo é o correlato da soberania. (...) Por outro lado, a exploração da multidão é incomensurável; em outras palavras, é um poder que se confronta com o poder de singularidades fora de qualquer medida, singularidades que se encontram em cooperação para além do mensurável” (NEGRI, 2004, p. 16).



(discriminação de gênero, orientação sexual, raça, religião, condição socioeconômica, etc.; acesso aos bens comuns; desigualdade social; violência policial; políticas ambientais; direitos trabalhistas; direitos dos migrantes; etc.); discussões e trocas de ideias que contribuem para o engajamento – online e off-line – de inúmeras pessoas em causas coletivas; meios de comunicação colaborativos alternativos aos comerciais que têm quebrado o monopólio das narrativas dos conglomerados de comunicação, etc. Ou seja, tanto no Brasil como na maioria dos outros países a cooperação de singularidades em redes digitais parece ter gerado e estar gerando um (pelo menos aparente) movimento em direção à produção do comum⁸.

Mas até que ponto esses fenômenos e práticas estão livres de captura, regulação e dominação? Apesar de visarem a emancipação (de jogos de poder econômicos, psicológicos, políticos, psicológicos, sexuais, etc.) de indivíduos e grupos, até que ponto as subjetividades e as práticas de quem os promove são – conscientemente ou não - *reprodutoras* (de pressupostos conceituais e discursivos, conhecimentos, comportamentos, modelos de relação, maneiras de ser, etc.) e até que ponto são *produtoras* de diferença⁹? Como defende Cocco (2014), as hibridizações – das quais participam os agenciamentos antropomáqunicos que produzem as redes digitais - são, simultaneamente, campos de relações de poder/mecanismos de captura e terrenos de subjetivação, luta e autovalorização.

Por ser potência constituinte (de ideias, práticas, instituições, maneiras de estar no mundo e de vive-lo), a multidão possui uma criatividade inerente, produto da colaboração de sua singularidades e essa criatividade parece, pelo menos em parte, ter

⁸ Diferenciando-o do *público*, que pressupõe um recorte do fluxo da existência em esferas separadas e rigidamente delimitadas (público e privado, individual e coletivo) e uma dimensão contratual que impõe uma predefinição abstrata, isto é, uma transcendência a um processo de produção do mundo que percebe como incessante e totalmente imanente, Negri (2005) concebe o *comum* como movimento ao invés que como entidade estática. Na perspectiva do autor, comum é a construção das condições (compartilhadas) da própria existência pela comunicação e a cooperação entre singularidades.

⁹ Adoto a ideia de *diferença* de Gilles Deleuze, que – na interpretação de Regina Schöpke (2004) - a subtrai do atrelamento à representação ao qual o pensamento ocidental clássico a tinha submetido (vinculando-a às categorias de identidade, oposição, semelhança e analogia), e a transforma no “acontecimento maior do *ser*” (SCHÖPKE, 2004, p. 150, grifo da autora). Schöpke (2004) mostra que, para Deleuze, “pertence mais ao *ser* ‘diferenciar-se’ do que ‘igualar-se’”. O ‘igualar-se’ é um efeito, mas em profundidade, todo *ser* guarda um diferencial – algo que só diz respeito a ele mesmo. (...) a diferença pura, como expressão do próprio *ser*, revela-se inacessível à representação – que tende a subordinar todos os seres a um único fundamento e tende, sobretudo, a reduzir a diferença pura a manifestações empíricas. Mas a diferença está no âmago do próprio *ser*. O *ser* não pode se dizer de outra maneira, uma vez que *existir* já é *diferenciar-se*. Trata-se de entender a diferença como um desdobramento do próprio *ser* – que se diz assim em todas as suas relações. O *ser* não se apresenta, não se efetua fora dessas relações diferenciais. (...) Logo, falar do *ser* é falar de todas as diferenças que o expressam” (SCHÖPKE, 2004, p. 155-156, grifo da autora). Nessa perspectiva, toda subjetividade é produto de uma diferenciação relacional: procurar uma subjetividade *diferente* não consiste, portanto, em buscar um diferencial ontológico, já que este é inerente, mas manifestações mais ou menos intensas dele. É uma questão de intensidades, não de qualidades.



se manifestado em algumas práticas (produção e divulgação colaborativas de narrativas audiovisuais e textuais sobre as manifestações; apropriação e ressignificação de espaços urbanos; etc.) postas em ato durante os protestos em várias partes do mundo. Mas até que ponto as subjetividades emersas nessas mobilizações manifestaram uma diferença constituinte e até onde manifestaram/reproduziram tendências produzidas por alguns dos dispositivos de subjetivação digitais contemporâneos?

Para contribuir com essa reflexão, na primeira parte deste artigo reflito sobre as subjetividades que emergem na cooperação incessante do trabalho imaterial que atravessa as redes digitais de comunicação distribuída, em seu duplo caráter simultaneamente reprodutor (permeado por linhas de força, mecanismos de poder/saber) e produtor de diferença e de comum. Na segunda parte, foco nos protestos brasileiros de 2013 e teço um diálogo entre a composição contemporânea do trabalho imaterial abordada na primeira parte do estudo e as tendências de subjetivação que uma pesquisa com base empírica de Ricci (2014) e outras análises identificaram nessas mobilizações, mostrando que as subjetividades produzidas no Brasil pelos agenciamentos digitais estão se configurando essencialmente como reprodutoras de lógicas impostas pelos dispositivos digitais de regulação e pelos processos de subjetivação hegemônicos da contemporaneidade, embora encerrem de forma embrionária um efetivo potencial constituinte.

A produção do comum pela multidão

As multidões urbanas e pelo menos parte das não urbanas misturam “tempo livre e tempo de trabalho em um único tempo de vida que é inteiramente tempo de produção” (COCCO, 2009, p. 146). É uma produção que mobiliza todo o mundo da vida – cognição, afeto, linguagem, comunicação, relações – e cujos produtos não são bens tangíveis, mas conhecimento e formas de vida. Produtos cujo valor foge à unidade de medida clássica do capitalismo industrial (quantidade de produto por unidade de tempo, que transforma o tempo de trabalho excedente em mais-valia, posto que não há trabalho “excedente”, mas mobilização produtiva – que é simultaneamente afetiva, relacional, comunicativa, etc. - constante), embora possa acrescentar valor a bens produzidos pelo trabalho “material”.

É uma produção cooperativa em que singularidades pessoais ou de grupo, que se mantém tais, fazem circular ideias, sentidos, estilos de vida, narrativas, técnicas, saberes



e os (re)configuram, (re)modelam, (re)adaptam, transformam numa incessante dança antropofágica na qual a “escassez é substituída pela abundância; a valorização se desloca da produção para a própria transação (circulação). A rivalidade entre os bens (quer dizer, a exclusividade do consumo) deixa lugar ao compartilhamento” (Idem, p. 138). Um *hackeamento*¹⁰ socio-tecno-cultural incessante em que o momento da socialização – que desencadeia constantemente novas (re)apropriações/(re)invenções do que é produzido socialmente – é mais importante do da produção, em que o processo é mais importante que os produtos e em que a fruição é simultânea à realização. Como escreve Cocco (2015), o “trabalho imaterial – comunicativo, cognitivo, afetivo – assume as formas de execução virtuosa cujo produto é totalmente relacional e inseparável do processo de sua produção”. E acrescenta que, nessa perspectiva, trabalhar “significa produzir ‘suplementos’ de vida, ou seja, produzir subjetividade: significação e conhecimento, relação e julgamento, cultura e natureza” (Idem). É um processo permanente de (re)produção/circulação/fruição que acontece, na maioria dos casos, fora e independentemente da relação salarial e dos vínculos formais de emprego. Uma economia cognitiva na qual o terreno da reprodução é “um locus produtivo de valor” (MALINI, 2015), valor cuja fonte – como vimos – reside nas formas de vida, que “são a base da produção e ao mesmo tempo seu resultado. Produzem-se formas de vida por meio de formas de vida, em espiral: bioprodução” (COCCO, 2015).

Essa (re)produção/circulação/consumo incessante que mobiliza todas as dimensões da vida (sensorial, perceptiva, cognitiva, afetiva, linguística, comunicacional, relacional, noológica) e abarca todo o tempo de vida se desenvolve inteiramente dentro de redes sociais – redes de troca, compartilhamento, relações, afetos, construção colaborativa de informação, conhecimento, práticas, etc. – que hibridizam corpos e máquinas, cuja base sociotécnica - na maioria dos casos - são tecnologias digitais de comunicação e das quais participam, não raro como atores centrais, redes digitais de comunicação distribuída. Entre elas, as que permeiam mais intensa, sistemática e capilarmente as inter-retroações comunicativas e cooperativas do trabalho vivo contemporâneo, agenciando e (re)configurando o cotidiano das multidões conectadas no Brasil e no resto do mundo, são as chamadas *redes sociais digitais* (cfr. nota 1). Mas também participam da incessante (re)produção da vida por singularidades em

¹⁰ Uso este termo em seu sentido mais amplo, que lhe atribuem vários movimentos pela internet livre: a prática de (re)apropriação, ressignificação/reinvenção e redefinição das lógicas e modos de uso de um produto (material ou intangível) ou fenômeno sócio-tecno-cultural.



cooperação as redes de interações que giram ao redor de determinados blogs ou grupos de blogs¹¹; a programas *peer-to-peer* de compartilhamento de arquivos, que – com base em infraestruturas físicas e arquiteturas de interações diferentes – permitem a troca livre de arquivos musicais, audiovisuais (filmes, séries televisivas, etc.), textuais, softwares, etc. entre usuários anônimos ou identificados, além da discussão entre eles; a grupos de discussão baseados em programas que recebem e-mails de usuários cadastrados e os remetem (após moderação prévia de quem gerencia o grupo ou não) para todos os demais participantes ou hospedados em redes sociais, que favorecem interações mais descentralizadas; a softwares *wikis*, que permitem a construção colaborativa de hipertextos coletivos (o mais conhecido e mundialmente usado é, atualmente, a enciclopédia livre colaborativa Wikipédia); a programas criptografados¹² para a troca de arquivos sigilosos ou para o desenvolvimento colaborativos de códigos de criptografia; à troca de programas de código aberto e de discussões entre programadores para o desenvolvimento de softwares livres, entre outras *comunidades virtuais*. As redes não representam algum tipo de dimensão paralela, separada do cotidiano, mas participam como *atores* – na terminologia de Latour (2008): isto é, entidades agenciadoras, coprodutoras de realidade - centrais da incessante (re)construção de um mundo que é simultaneamente presencial/virtual, humano/não humano, material/simbólico, noológico/tecnológico. Como afirma Bentes:

(...) estamos imersos e atravessados por um novo “bios”, uma mídiósfera constituída de redes, dispositivos, dados, processos de interação humano/não humanos, que curto-circuitaram a separação entre as redes e as ruas. (2013, p. 10).

¹¹ Blogs são páginas personalizadas construídas a partir de programas (plataformas de blog) – que podem ser gerenciados por empresas ou por grupos independentes - que permitem a produção individual ou coletiva de textos, imagens, sons, vídeos etc., sua organização e sua divulgação, oferecendo a outros usuários diferentes possibilidades de interação com esses conteúdos. O termo *blogosfera* remete, entre os usuários da internet, para o universo amplo, múltiplo e essencialmente indeterminado (na imensa heterogeneidade de blogs existentes resulta difícil, quando não reducionista, estabelecer tendências gerais com relação a conteúdos, estilos, objetivos, estéticas, etc.) dos blogs ativos. A blogosfera surgiu na segunda metade da década de 1990; com a difusão das redes sociais digitais, por volta da segunda metade da década de 2000, os autores de blogs passaram estar presentes e hiperlinkar seus conteúdos nessas últimas, criando redes de interações que transitam entre as páginas de redes sociais (onde, geralmente, se produz o maior fluxo de comunicação) e as dos próprios blogs.

¹² Entende-se com criptografia a decomposição da informação que transita por redes de comunicação, de forma que possa ser recomposta e acessada apenas pelos receptores que possuem a chave de recomposição; um processo que, no caso das redes digitais, visa garantir a privacidade das interações entre usuários.



A hibridização corpo-máquina que permeia e funda as redes digitais as configura como um terreno político (MALINI e ANTOUN, 2013; RÜDIGER, 2011) de produção de subjetividade atravessado por linhas de força e possíveis linhas de fuga, produzindo e (re)configurando lógicas e modos de uso das redes. Um vetor que parece impregnar a maioria dos usos atuais das redes digitais, em todos os lugares, é o que Bentes (2013) descreve como “a emergência de uma economia da abundância, do compartilhamento, uma economia da dádiva” (p. 11). Uma cooperação que, como vimos, *pode* se constituir em, mas não é *em si*, produtora de comum.

Agenciamentos digitais e multidão

Quais subjetividades produziram as mobilizações espontâneas e auto-organizadas que, nos últimos anos, eclodiram em muitos países? Que relações têm com as redes digitais e com as formações culturais de onde brotaram? Para esboçar pistas de reflexão sobre essas questões, focarei em apenas um fenômeno – entre os múltiplos ocorridos - que manifestou subjetividades aparentemente atreladas a agenciamentos digitais, os protestos de 2013 no Brasil, e tecerei algumas considerações a partir de tendências apontadas nessas mobilizações por um estudo com base empírica realizado pelo sociólogo Rudá Ricci (2014).

Entre as características das mobilizações mais relevantes para a reflexão aqui posposta sobre a relação entre formas de auto-organização da ação social e subjetividades emersas de agenciamentos digitais, a primeira que Ricci (2014) identifica é que as redes sociais digitais “não estiveram apenas no processo de convocação, mas no próprio conceito de organização e mobilização” forjando uma comunidade “entrelaçada pela identidade e afeto” (p. 21):

A convocação não se deu por uma organização central ou lideranças. Ocorreu de maneira horizontalizada, pela identidade e confiança entre aquele que convidava (não se tratava de convocatória) e o que recebia o convite. (...) Uma rede gigantesca que se formou a partir destas relações individuais, grupais, íntimas (Idem, p. 21-22).

Outra característica dos protestos apontada por Ricci (2014) e diretamente ligada às possibilidades emersas no agenciamento entre multidões a tecnologias digitais de comunicação distribuída é a lógica do enxameamento ou *swarming* - pessoas e grupos



que coordenam espontaneamente suas ações sem dar-se nem receber ordens – que pode ser observado em manifestações de massa com tecnologias que permitam a interatividade e a conexão instantânea.

Ambos esses aspectos favoreceram a emergência nas manifestações de feixes de sentido e de ação múltiplos, não orgânicos e extremamente heterogêneos. Características também imputáveis à comunicação e organização em rede, que “não se fecham, são irremediavelmente abertas e fluidas, dinâmicas e que se refazem na sua própria comunicação difusa e incompleta” (Idem, p. 22). Ricci aponta a heterogeneidade de demandas e a provisoriedade das agrupações surgidas nas manifestações de junho como mais uma característica da subjetivação em rede, que batiza de utopia no presente: “Uma utopia provisória, de demonstração de força imediata, niilista porque negava toda forma de organização e estrutura de poder” (Idem, p. 22). Nesta perspectiva, “a representação não direta de nossa vontade se revelaria, de fato, supérflua já que o mundo real/virtual seria concebido como espelho da nossa vontade” (Idem, p. 29). Por esses motivos, o autor conclui: “As manifestações de junho não foram motivadas por uma intenção nitidamente oposicionista em relação a uma força política determinada, mas a toda estrutura de poder e sua lógica elitista e excludente” (Idem, p. 223), ou pelo menos experienciada como tal pelos sujeitos envolvidos nos protestos.

A pesquisa de Ricci parece apontar que os movimentos de junho teriam feito emergir tendências de subjetivação estritamente relacionados com agenciamentos digitais (embora não sejam necessariamente produto exclusivo destes últimos). Inegavelmente, as ecologias sócio-tecno-culturais contemporâneas (isto é, as teias de inter-retroações entre elementos humanos e não humanos, materiais e simbólicos que redefinem constantemente o mundo experienciado e os sujeitos que o experienciam) favoreceram a emergência, em muitos países, de tendências específicas de subjetivação.

Entre essas tendências, Zygmunt Bauman (2013) enfatiza a extrema individuação – que não é necessariamente sinônimo de diferença e singularidade, apenas ênfase perceptiva em uma suposta autonomia, independência e essencial disjunção do sujeito individual do resto do mundo – e o anseio constante, em nome da segurança existencial proporcionada pelo vínculo, por novas formas de comunidade que não sufoquem (pelo menos na percepção de quem delas participa) a individualidade, nem a submetam a normas rígidas não compatíveis com a atual condição existencial



fluida do sujeito. Um sujeito crítico (embora não necessariamente autoconsciente de seus condicionamentos e das mediações que participam de sua subjetivação), mas ansioso em um universo social e cultural em incessante movimento, cuja atenção é dispersa, que processa superficialmente a informação e que espera resultados imediatos. Um sujeito, portanto, mais à vontade nas redes sociotécnicas contemporâneas do que nas tradicionais comunidades:

uma rede (...) pode ter pouca ou nenhuma preocupação por sua obediência a normas por ela estabelecidas (se é que uma rede tem normas, o que frequentemente não ocorre), e portanto o deixa muito mais à vontade, e acima de tudo não o pune por sair dela. (BAUMAN, 2013, p. 44).

Essa cooperação de individualidades, que se auto-experenciam como disjuntas, dentro de redes de solidariedade temporária não emergiu especificamente com o surgimento das redes sociais digitais. Porém, como sugere Bauman (2013), existe uma mútua imbricação entre um fenômeno e outro: em um incessante movimento recursivo, as mídias sociais são simultaneamente produto e produtor de relações sociotécnicas e subjetividades, e as ecologias de inter-retroações bio-psico-noo-tecno-socioculturais das quais as tecnologias digitais de comunicação participam se constituem em um mecanismo complexo, não-linear, polilógico e rizomático de subjetivação.

As redes sociais, afirma ainda Ricci (2014), “conectam emoções, micronarrativas, comentários sobre situações cotidianas. Forjam uma comunidade de intenções e, quando muito, constroem uma escalada de indignação ou admiração coletiva” (p. 223). Sentimentos que emergem de um húmus fertilizado por uma sensação - característica da subjetividade contemporânea - de autonomia, de iniciativa individual que se soma voluntariamente, por afinidade, a uma multidão auto-organizada:

Em todas as entrevistas e discussões envolvendo manifestantes de junho, a palavra autonomia aparece como uma vírgula em uma frase, despontando em algum momento ao longo da conversa. (...) Parece um traço geracional, tal a preocupação de todos em ressaltar que não há intenção alguma de uma ou outra força liderar qualquer ato ou falar em nome de alguém (Idem, p. 36).



Como venho enfatizando desde o início, as subjetividades que emergiram nas manifestações de junho de 2013 não são um produto exclusivo, radicalmente novo dos agenciamentos digitais contemporâneos, mas uma (re)configuração temporária, instável, aberta e em incessante (re)modelação que surge do entrecruzamento complexo de redes sociotécnicas com formações culturais brasileiras historicamente consolidadas, que – como lembram as perspectivas culturalistas sobre o digital que mencionei anteriormente - funcionam como dispositivos de subjetivação tão importantes quanto as teias digitais.

Os traços identificados por Ricci (2014) nas manifestações podem ser atribuídos *simultaneamente* às subjetivações digitais contemporâneas e às ecologias antro-po-sócio-tecnoculturais brasileiras que, historicamente, tem produzido subjetividades marcadas pela inconstância, pela construção de laços sociais centrada na afetividade e a emoção mais do que no compartilhamento de projetos de longo prazo, pela *hybris* carnavalesca que incentiva um extravasamento “controlado” dos excedentes criativos, substancialmente não ameaçador para a ordem.

Também parece ter participado da configuração dos protestos um imaginário juvenil permeado por signos, conceitos, sensorialidades e emoções construídos – de forma não determinista e unilinear, mas pela intervenção de múltiplas mediações em processos de constante absorção e ressignificação (MARTÍN-BARBERO, 1997) - na interação diária com as mensagens veiculadas pela indústria cultural, como revelam o poder de mobilização que tiveram certos slogans de campanhas publicitárias e sua ampla circulação entre os manifestantes. O próprio *ethos* de parte das manifestações parece ter sido influenciado pelos sentidos construídos na interação diária – direta ou indireta – dos jovens com os meios dos oligopólios históricos da comunicação no Brasil. Como lembra Venício Lima (2013):

Desde que a televisão se transformou em “mídia de massa” hegemônica, a cultura política que vem sendo construída e consolidada no Brasil tem sido a de permanentemente desqualificar não só a política em si como seus atores. E é no contexto dessa cultura política que as gerações pós-ditadura foram formadas, mesmo não sendo usuárias diretas da velha mídia. (p. 90).

As mobilizações de 2013, portanto, parecem produto de múltiplas lógicas de subjetivação entrecruzadas, ecologias complexas de inter-retroações das quais



participaram agenciamentos digitais e redes antro-po-sócio-tecno-culturais pré-existentes com suas próprias noosferas, tendências cognitivas e relacionais, sensorialidades, etc.

Sob outra perspectiva (não antagônica, mas complementar), alguns autores viram nas manifestações de junho centelhas de um autêntico poder constituinte e características de multidão no sentido negriano do termo. É o que, no calor dos acontecimentos, enxergaram Adriano Pilatti, Giuseppe Cocco e Antonio Negri:

Independentemente dos desdobramentos futuros, a multidão mostrou sua potência. À direita e à esquerda se disse, com escândalo, que o movimento não tem "organicidade", nem "linha", nem "lideranças". Até a esquerda dita radical teve de constatar que não há bandeiras abstratas que possam ser impostas, "de fora para dentro", ao magma que se constitui a partir "de baixo". "Como isso é possível? Como ousam?" Mas o movimento continua, passou a ser difuso, acelerando seus ritmos: nos centros e periferias, nas grandes e pequenas cidades, nas favelas e no asfalto, multiplicando as reivindicações. (PILATTI; COCCO; NEGRI, 2014).

A visível pluralidade de sujeitos, grupos, comunidades, movimentos (já existentes e organizados ou surgidos espontaneamente nas próprias ruas, não-hierárquicos e descentralizados) que engrossaram a onda de protestos em dezenas de cidades, sua enorme diversidade de origens sociais, aspirações e objetivos (de estudantes de classe média e jovens das periferias, de trabalhadores intelectuais a precários da economia terceirizada, de sem-teto a docentes universitários) permitem uma compreensão das manifestações como expressões de multidão, que Antonio Negri e Michael Hardt (2005) concebem como conceito de classe e biopolítico. Neste último sentido, é um conceito que transcende a dimensão clássica do trabalho assalariado e faz referência “às capacidades criativas humanas em toda a sua generalidade” (p. 145), abrangendo tanto os pobres excluídos do processo produtivo como “os inúmeros e específicos tipos de trabalho, formas de vida e localização geográfica” (Idem, p. 146) num projeto de construção cooperativa do comum. Características que estiveram presentes em todas as mobilizações, como lembram Pilatti e Cocco (2014):

Exigem autonomia para a produção cultural, liberdade de trabalho, tempo livre, fruição comum dos espaços públicos. Protestam contra as remoções de populações pobres e outros desmandos macabros da farra dos megaeventos. Desejam uma polícia que respeite e proteja pobres e manifestantes em vez de massacrá-los, um modelo aberto e plural de



comunicação de massa, instituições que sirvam à liberação e não ao seu contrário, novas formas de democracia direta. Lutam, enfim, “por uma vida sem catracas”.

Por isso, concordo com os dois autores quando afirmam que as manifestações de 2013 “demonstraram que a multidão existe – e excede. Desperta esperanças, estimula desejos, produz comunidade, devém insurgente. Multiplicidade de singularidades em permanente recomposição” (Idem).

Não percebo como antagônicas a emergência, nas mobilizações brasileiras de 2013, de subjetividades impregnadas de tendências perceptivo-cognitivo-relacionais e de imaginários inscritos nas redes sócio-tecno-culturais das quais a juventude brasileira participa e a concepção dos protestos como expressões da multidão. Enquanto cooperação de singularidades que, inevitável e inerentemente, surgem de ecologias de inter-retroações bio-psico-noo-sócio-tecno-culturais, a multidão não pode deixar de estar impregnada dos modos de subjetivação que essas ecologias promovem.

Caminhos abertos

As redes bio-psico-noo-sócio-tecnoculturais contemporâneas, que envolvem agenciamentos digitais entrecruzados com formações culturais pré-existentes, fizeram emergir subjetividades que – apesar de seu hibridismo inerente, não reconhecido - se auto-experenciam como autônomas, autoconscientes, separadas dos demais sujeitos e que (re)criam digitalmente vínculos baseados na afinidade e na ausência de compromissos de longo prazo.

São subjetividades essencialmente críticas e com um elevado potencial de mobilização espontânea, mas impacientes e ansiosas por resultados imediatos. Subjetividades que – como revelam fenômenos como, no caso específico do Brasil, os protestos de junho de 2013 - têm se revelado hábeis em se auto-organizar por meio de tecnologias digitais de comunicação, capazes de tecer relações e práticas sociais diferentes das hegemônicas, mas ao mesmo tempo incapazes de manter vivas por longos períodos as comunidades criadas e de refletir sobre as tendências de subjetivação que permeiam suas percepções, sua cognição e suas tendências de ação; isto é, potencialmente produtoras de *diferença* constituinte, de micropolíticas alternativas às lógicas dominantes nas redes sociotécnicas atuais, mas em estado ainda embrionário.



Referências

- BENTES, Ivana. Prefácio. “Nós somos a rede social”. In: MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 9-16.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida**. Diálogos com David Lyon. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- COCCO, Giuseppe. As biolutas e a constituição do comum. **Le Monde Diplomatique Brasil**, n. 46, mai. 2011. Disponível em:<<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=939>>. Acesso em: 10 mai. 2015.
- _____. **KorpoBraz: por uma política dos corpos**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- _____. **MundoBraz: o devir-Brasil do mundo e o devir-mundo do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? **Escola Nômade de Filosofia**. Disponível em:<<http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/deleuze-gilles/o-que-e-um-dispositivo>>. Acesso em: 20 mai. 2015.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Trad. Carlos Irineu da Costa. 4 ed. São Paulo: Editora 34, 2008.
- LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. **Cidades rebeldes**. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Ermínia Maricato... [et al.]. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013.
- MALINI, Fábio. Biopoder e a fábrica social. **Blog do Malini**. Disponível em:<<http://fabiomalini.com/dossie-negri-e-foucault/biopoder-e-a-fabrica-social/>>. Acesso em: 20 mai. 2015.
- MALINI, Fábio. ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- NEGRI, Antonio. HARDT, Michael. **Multidão**. Guerra e democracia na era do Império. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. **Lugar comum**. Estudos de mídia, cultura, democracia. Rio de Janeiro: LATEC/UFRJ e Rede Universidade Nômade, n° 19-20, p. 15-26, jan./jun. 2004.
- PILATTI, Adriano; NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. **Levante da multidão**. Texto online. Disponível em:<<http://www.senado.gov.br/noticias/senadonamidia/noticia.asp?n=850051&t=1>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- PILATTI, Adriano; COCCO, Giuseppe. **Quem tem medo do poder constituinte?** Texto online. Disponível em:<<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/521906-quem-tem-medo-do-poder-constituente-#.UeKFnRYZHf0.facebook>>. Acesso em: 10 out. 2014.



RICCI, Rudá. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura**. Perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTAELLA, Lúcia. **A ecologia pluralista da comunicação**. Conectividade, mobilidade, ubiquidade. São Paulo: Paulus, 2010.

SCHÖPKE, Regina. **Por uma filosofia da diferença**: Gilles Deleuze, o pensador nômade. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Edusp: 2004.